

O Caso da Turquia

Joana Frade
Mónica Almeida

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

A entrada da Turquia na União Europeia (UE) irá aproximar a Europa do Médio Oriente, o que permitirá fortalecer a posição da UE no panorama internacional e intervir mais proximamente no principal palco geopolítico da actualidade.

Através da Turquia consegue-se um mais fácil acesso à zona estratégica do Cáucaso, ao Mar Mediterrâneo e Mar Negro, aos centros de maiores reservas de minérios do continente e aos seus diversos recursos naturais. Esta proximidade estratégica é bastante relevante, pois, pensa-se que esta seria vital para que a Europa consiga desenvolver um maior potencial estratégico e económico e assim, com a adesão da Turquia este poderia ficar assegurado.

A UE actual satisfaz apenas as vertentes de união política, social e económica ficando assim em falta uma forte vertente militar e um exército europeu que se mostre autónomo face à NATO, que seja auto-suficiente por si só, capaz de garantir a paz e a segurança na Europa. A entrada da Turquia seria substancial para promover esse cenário, basta ter em conta que é a Turquia que detém o segundo maior exército da NATO.

É de ter em conta que a Turquia é um estado islâmico, mas laico, onde a separação Estado-Igreja está definida. Há mais de oitenta anos. Embora seja um país muçulmano, é historicamente um país moderado na sua abordagem ao Islão, e mais ainda, é um país tolerante. Assim, a Turquia ao ser religiosamente e culturalmente diferente dos actuais membros da UE poderá valorizar esta união com a sua diversidade cultural e de valores. O que por sua vez permite, devido essencialmente a ser um Estado maioritariamente islâmico e que tem excelentes relações tanto com o mundo árabe como com Israel, a criação de um elo de ligação servindo de intermediário das políticas europeias para intervenção na gestão dos conflitos na zona do Médio Oriente. Esta estratégia favorecerá um reforço nas forças da NATO e, nomeadamente dos EUA, para conter e desmantelar os conflitos naquela área.

Embora a Turquia seja um país demasiado pobre e pouco desenvolvido para ser membro da UE, devemos ter em conta que no passado países como a Irlanda, a Grécia, Portugal e Espanha também entraram em condições similares, logo, esse facto, na nossa opinião, não deverá servir de entrave à adesão da Turquia.

A adesão turca à União Europeia pode estimular um novo e dinâmico mercado de trabalho composto por mais de 50 milhões de turcos como mão-de-obra competente. Assim, a Turquia tem condições para ser aproveitada como um pólo de desenvolvimento económico. Se a tendência das grandes corporações se tem dirigido para o Sudeste Asiático onde a mão-de-obra é muita e barata, então ter a Turquia dentro das fronteiras europeias garantiria um dinamismo demográfico no qual valerá a pena investir.

Tendo em conta as limitações democráticas na Turquia, como é o caso do desrespeito dos direitos humanos dos curdos, com a adesão desta à UE os ideais democráticos europeus seriam assim mais facilmente expandidos tanto na Turquia como para Oriente, tal como aconteceu nos passados alargamentos ao leste europeu.

Concluindo, defendemos a adesão da Turquia à UE por várias razões: não existe um conceito rígido do que é a Europa e até onde se estende o seu território; a UE não deve ser só um grupo de países essencialmente cristãos, a diversidade étnico-religiosa também deve ser valorizada; a Turquia é um Estado com componentes semelhantes a actuais países da UE; a estrutura populacional da UE seria rejuvenescida; seria garantido o aumento da segurança na UE em termos militares; e a capacidade de diálogo com o mundo islâmico seria fortalecida.